

O verdadeiro "mensalão": o governo federal paga R\$ 153 bilhões aos bancos e especuladores

Os jornais e as televisões colocam no centro dos acontecimentos políticos o "mensalão", a corrupção, o caixa dois para campanha eleitoral, etc. e escondem a fantástica drenagem de recursos do tesouro nacional para a remuneração dos banqueiros, grandes empresas e especuladores internacionais e nacionais. Foram gastos R\$ 1 trilhão com pagamento dos juros da dívida pública interna desde 1994 e, mesmo assim, desde então, a dívida saltou de R\$ 74 bilhões para quase R\$ 1 trilhão. (É incrível, mas é isso mesmo: já foram pagos R\$ 1 trilhão e ela só fez aumentar, e já chega a R\$ 1 trilhão). Escondem, em um quadro mais geral, a dominação imperialista do Brasil e a integração dos ricos brasileiros com os interesses imperialistas, que rende enormes lucros na agiotagem e na especulação. Denunciam a "compra de deputados", mas não esclarecem com que objetivo foram "comprados", a serviço de que interesses esses deputados (e o Congresso Nacional) votaram nestes últimos anos.

Quais projetos do Governo Lula/PT foram aprovados na Câmara de Deputados e no Senado Federal?

Vejamos algumas medidas aprovadas no Congresso Nacional entre 2003 e 2005:

- **Reforma da Previdência** – retirou direitos dos funcionários públicos: os aposentados, pensionistas e os da ativa. Instituiu a previdência privada e a cobrança de 11% dos aposentados do serviço público.

- **Reforma Tributária** – aumentou a tributação, manteve o arrocho fiscal sobre o povo. Prorrogou até 2007 a cobrança da CPMF, que rende cerca de R\$ 24 bilhões por ano e a DRU (Desvinculação das Receitas da União). (1)

- **Lei das falências** – retira direitos conquistados pelos trabalhadores e beneficia as empresas e, em particular, os bancos. (2)

- **PPP (Parcerias Público-Privadas)** – privatização das novas obras do setor de infra-estrutura, saneamento, portos e estradas: lucro garantido para grandes empresários nacionais e estrangeiros. (3)

- **Lei de biossegurança** – libera a produção de grãos geneticamente modificados (os "transgênicos"), beneficiando a multinacional Monsanto, que comercializa estes grãos. (4)

- **Reajuste mínimo do salário mínimo** – o reajuste de R\$ 40,00 (de R\$ 260,00 para R\$300,00) deixa cada vez mais distante a promessa feita por Lula na campanha eleitoral de dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo em quatro anos.

- **O presidente do Banco Central ganha status de Ministro de Estado**, com o objetivo de "blindar" Henrique Meirelles contra processos. Somente o Supremo Tribunal Federal pode aceitar ações judiciais contra um ministro de Estado. (5)

O que estas medidas têm em comum? O favorecimento aos bancos e grandes empresários nacionais e estrangeiros, em detrimento dos interesses do povo brasileiro. Ou seja, a continuidade e radicalização da política econômica de Collor e FHC (note-se que FHC tentou aprovar a Reforma da Previdência para o setor público e não conseguiu).

8 de setembro, 5ª feira

Grupo de Estudo O 18 Brumário de Luís Bonaparte

texto de
K. Marx
Informações
e participação: entre em
contato com o CeCAC

21 de setembro, 4ª feira

Palestra e debate A geopolítica do petróleo

com
Heitor Pereira,
presidente da AEPET
(Associação dos
Engenheiros da Petrobrás)

22 de setembro, 5ª feira

Grupo de Estudo O 18 Brumário de Luís Bonaparte

texto de
K. Marx

As atividades na sede do
CeCAC têm início às 18:30 h

**- Cinema em debate -
NUPEC e CeCAC
convidam**

Vídeo e debate Chove sobre Santiago

direção: Helvio Soto

Iniciativa conjunta da série *Projeto Cinema em Debate*, do Núcleo de Projetos Especiais em Educação e Cultura (NUPEC) da UNIRIO, em parceria com o CeCAC

Auditório Paulo Freire,
Av. Pasteur, 458, Urca (prédio do
Centro de Ciências Humanas e
Sociais (CCH). Entrada franca.

Vejamos agora algumas cifras de pagamentos divulgadas até o momento no chamado "mensalão":

R\$ 55 milhões **assumidos** por Marcos Valério que foram repassados para o PT e partidos aliados.

R\$ 10,5 milhões pagos pelo PT, por meio de Marcos Valério, ao publicitário Duda Mendonça, em uma conta no exterior, no "paraíso fiscal" das Bahamas, referentes à campanha eleitoral de 2002 para presidência da República, de um contrato no valor total de R\$ 25 milhões.

R\$ 2,150 milhões - 43 cheques da SMP&B ("empresa" de Marcos Valério), no valor exato de R\$ 50 mil cada, foram emitidos justamente à época em que se acertavam as trocas de partido que deputados fizeram, entre outubro de 2003 e janeiro de 2004.

100.000 dólares (R\$ 235 mil) na cueca de um dirigente petista do Ceará, preso no aeroporto de Congonhas em São Paulo.

Para a maioria dos brasileiros, preocupados com a sobrevivência e o pagamento das contas no final do mês, são cifras altas. E que são noticiadas com destaque pelos meios de comunicação que, entretanto, escondem o verdadeiro "mensalão", o verdadeiro escândalo nacional.

O verdadeiro mensalão:

R\$ 153 bilhões – previsão para este ano somente com o pagamento dos juros da dívida pública interna (incluída a rolagem da dívida).

R\$ 60 bilhões: superávit primário no 1º semestre para pagamento de juros da dívida pública interna (em "dinheiro vivo", não incluída a rolagem da dívida de R\$ 20 bilhões) – este é o dinheiro dos tributos que a União, estados e municípios (e empresas estatais) "economizam" para remuneração dos especuladores, com altas taxas de juros, as maiores do mundo.

14 bilhões de dólares: previsão de pagamento dos juros da dívida externa do Governo Federal em dois anos (2006 e 2007), não incluídas as dívidas das empresas privadas.

2,8 bilhões de dólares: previsão para pagamento de 20% do **principal** (do "estoque") da dívida externa do Governo Federal, que vence em 2005 e 2006. **A decisão de pagar o principal da dívida externa é uma novidade do governo Lula, que mais uma vez prioriza os interesses do capital estrangeiro.** Portanto, **16,8 bilhões de dólares (R\$ 39,5 bilhões):** previsão do pagamento da dívida externa (juros e principal) pelo Tesouro Nacional, em dois anos.

R\$ 6,83 bilhões: lucro de quatro bancos privados,

BRADESCO, ITAÚ, UNIBANCO E SANTANDER BANESPA no 1º semestre deste ano, com um crescimento médio de 41% em relação ao mesmo período do ano passado. O Bradesco lucrou **R\$ 2,62 bilhões**, resultado recorde no sistema financeiro brasileiro para um período de seis meses. **Um aumento de 109%.**

95 bilhões de dólares (R\$ 223 bilhões) – dinheiro que brasileiros têm no exterior e que mandam para cá a fim de especular, de faturar os juros. **(6)**

Fazendo algumas comparações:

Os R\$ 60 bi de superávit primário (só do 1º semestre) são **1.072 vezes** os R\$ 55 milhões assumidos por Marcos Valério.

Os R\$ 39,5 bilhões de pagamento da dívida externa em dois anos são **5.200 vezes** os R\$ 7,5 milhões dos 43 cheques da empresa de Marcos Valério.

Os R\$ 2,62 bilhões de lucro só do banco Bradesco no 1º semestre são **11.400 vezes** o valor dos dólares da cueca (R\$ 230 mil).

Toda essa "movimentação financeira" do "mensalão" (de R\$ 55 milhões, R\$ 70 milhões e mesmo que alcançasse R\$ 1 bilhão) não chega perto de 1% do que os banqueiros e especuladores estão drenando dos cofres públicos, neste ano. Como afirma Carlos Lessa em artigo reproduzido neste sítio: "É péssimo o gasto endêmico da corrupção, porém é como um pigmeu em relação aos quase R\$ 150 bilhões pagos por juros".

E agora outras comparações que evidenciam o crime que é cometido contra o povo:

Com os R\$ 60 bilhões de superávit primário (só do 1º semestre) - **4,285 milhões de casas populares** poderiam ser construídas (de 40 m², preço unitário de R\$ 14 mil) **(7)** Com os R\$ 153 bilhões (previsão de pagamento de juros para 2005) – poderiam ser construídas casas populares que **acabariam o déficit habitacional** brasileiro de 7,2 milhões de casas e ainda sobriam R\$ 53 bilhões para investir em saneamento básico e infra-estrutura dos bairros populares.

Com os R\$ 60 bilhões de superávit primário (só do 1º semestre) - **1.200 hospitais de 150 leitos e com capacidade de atendimento ambulatorial de 300 mil pacientes/ano** poderiam ser construídos. Ou seja, criação de capacidade física para 180 mil novos leitos e 360 milhões de atendimentos ambulatoriais/

ano. Com R\$ 60 bilhões poderia **umentar mais de 40 vezes o que gasta com medicamentos e vacinas** o Ministério da Saúde.

Com os R\$ 6,83 bilhões de lucro só dos quatro bancos no 1º semestre seria possível o pagamento de **um salário mínimo para 2 milhões de desempregados durante um ano**, ou para **dobrar** os gastos do Ministério de Ciência e Tecnologia, previsto para R\$ 3,2 bilhões.

Acrescentando os R\$ 39,5 bilhões do pagamento da dívida externa em dois anos daria para **duplicar** o orçamento da União previsto para a Saúde em 2005 (R\$ 32 bilhões), e os gastos federais com educação, com previsão de R\$ 7,9 bilhões.

Alardeia-se que a economia está bem e a política não. Na verdade, ocultam o que é mais significativo. Esta política econômica e financeira que favorece os especuladores e os grandes empresários, concentrando a riqueza, **(8) e os rios de dinheiro desviados para o pagamento dos juros são recursos que deixam de ser destinados à melhoria das condições de vida do povo.** Recursos que deveriam ser usados para criar novos empregos, aumentar o salário mínimo, garantir a melhoria do sistema e das condições de saúde da população, investir em saneamento básico, em habitação popular, em educação pública e gratuita, na melhoria das estradas, etc. Ou seja, a economia vai bem para a grande burguesia, para os bilionários. **(9)**

Já, para os trabalhadores e o povo vai mal. "Na verdade, o que cresce no Brasil é a massa de juros pagos e de lucros pagos. E a massa de salários não cresce. Pelo contrário. A massa de salários vem perdendo posição na renda nacional. O salário médio vem caindo. Fora o desemprego violentíssimo". (Carlos Lessa). É por esse motivo que as autoridades governamentais e da grande burguesia insistem pela grande imprensa e pela televisão a serviço dos poderosos, martelam a todo instante, que a economia não pode ser atingida pela crise política, e falam inclusive em "blindagem" da economia.

É necessário enfatizar que a corrupção, esse "esgoto a céu aberto", deve ser denunciada, mas sobretudo deve-se identificar por que acontece, a que interesses está servindo. A corrupção é inerente ao sistema capitalista. Como dissemos anteriormente, "É nossa tarefa denunciar a corrupção, denunciando o capitalismo e sua podridão".

E, neste caso, como já apontamos, **os "pagamentos" (em mesadas ou não) aos deputados foram realizados justamente para**

garantir as aprovações de determinadas medidas no Congresso, para dar a sustentabilidade política e a "governabilidade" (inclusive com vistas à reeleição) a Lula/PT a fim de que ele continue a opção pelos mais ricos, a mesma de Collor e FHC: favorecendo a continuidade do "mensalão" ao sistema financeiro e grandes empresários. Este é o "pequeno detalhe" que os jornais e os noticiários da televisão não divulgam.

Qual a origem do dinheiro da corrupção? Como indica a "tradição", provavelmente da corrupção na máquina do Estado, nas empresas estatais e das "doações" das "elites". Outro "detalhe" que os meios de comunicação ou não divulgam ou se esmeram em abafar quando as denúncias atingem este setor privilegiado da população.

Mas, os especuladores e bilionários que já acumularam e concentraram enormes e até inimagináveis montanhas de riquezas acham pouco, querem mais. E o governo Lula/PT implementa o aumento do superávit primário (mantém, formalmente, o já astronômico índice de 4,25% do PIB como meta para o superávit primário, mas trabalha, na prática, com a expectativa de suplantando a previsão de R\$ 82 bilhões de reais em dinheiro vivo em 2005) e ainda passa a pagar parte do principal da dívida externa.

O aspecto positivo de se deparar com tão altas cifras é a possibilidade de visualizar a pujança do Brasil, fruto do árduo trabalho de seu povo que vem construindo uma imensa riqueza, hoje apropriada por bilionários estrangeiros e nacionais. Diante de tais números - bilhões e bilhões, centenas de bilhões de reais e dólares - pode-se vislumbrar que os problemas que afligem milhões de brasileiros poderão ser solucionados, quando esses recursos forem canalizados para os interesses dos trabalhadores e do povo. O que será resultado de um processo de luta cotidiana, longo e tenaz, de organização e mobilização popular que rompa com esse modelo político e econômico de exploração e opressão, construindo uma nova sociedade.

Notas:

(1) DRU: Mecanismo criado no governo Fernando Henrique Cardoso e ratificado no governo Lula, com a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003 (publicada no DOU de 31 de dezembro de 2003). "Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, **vinte por cento** da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais". **É um dos principais mecanismos utilizados para transferir recursos do orçamento da União para o pagamento de juros da dívida.**

(2) Lei de Falências: segundo o artigo 11 da Convenção nº 95 da OIT, de 1949 - ratificada pelo Brasil em

25.04.1957, "em caso de quebra ou de liquidação judicial de uma empresa, os trabalhadores empregados na mesma deverão ser considerados como credores preferenciais no que respeita a salários que lhes sejam devidos pelos serviços prestados durante um período anterior à quebra ou à liquidação judicial que será determinado pela legislação nacional, ou no que concerne aos salários que não excedam de uma soma fixada pela legislação nacional". A prioridade ilimitada das dívidas trabalhistas, isto é, a prioridade dos trabalhadores, foi retirada da nova legislação (Projeto de Lei aprovado na Câmara em 15 de outubro de 2003), que estabelece que os créditos individuais derivados das relações de trabalho, **até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos** vigentes no País. Um parecer sobre os aspectos regressivos da nova legislação pode ser obtido em http://www.anamatra.org.br/downloads/parecer_sobre_lei_falencias.pdf

(3) Sobre as **Parceiras público-privadas**, o economista Dércio Garcia Munhoz afirma que são "...uma forma diferente de empresa estatal. Na empresa estatal tradicional há ações do estado e ações do público, e eventualmente, como na área petroquímica, há associações: uma parte das ações estatal, uma parte privada nacional e outra parte estrangeira. A diferença para a PPP é que não há uma empresa constituída para isso. É um sistema de parcerias em que o Estado dá garantias de rentabilidade ao capital privado. O capital, para investir em uma economia em crise, bloqueada, como a nossa, precisa de garantia de lucro. Isso significa que chova ou faça sol o governo tem que dar um rendimento determinado para o capital privado." <http://www.correiocidadania.com.br>

(4) Lei de biossegurança:

(LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005), "De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, os transgênicos só podem ser liberados se houver um Estudo de Impacto Ambiental comprovando a inexistência de riscos para o meio ambiente. Esse é o argumento central no debate jurídico acerca da soja transgênica, pois, até o momento, o Estudo de Impacto Ambiental não foi apresentado e a CTNBio, na qual a maioria é favorável aos transgênicos, tem se baseado somente em relatórios da própria Monsanto para liberar a pesquisa e o plantio. Esse é, em síntese, o principal conteúdo da nova lei: 1) o plantio da soja transgênica está permitido por lei; 2) a CTNBio passa a ser o órgão que decide sobre a liberação de transgênicos; 3) estão revogadas todas as disposições anteriores sobre o tema após a entrada em vigor da nova lei. A lei de Biossegurança fere, de qualquer maneira, três princípios do Direito Ambiental, sobre os quais o texto legal sequer faz menção: a precaução, a sustentabilidade e a indenização". <http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.htm>

(5) Em agosto de 2004, por 254 votos a favor e 146 contrários, a Câmara aprovou a MP que concede status de ministro ao presidente do Banco Central. Foram rejeitados dois destaques apresentados pela oposição para retirar do texto o *foro privilegiado* a que Henrique Meirelles passa a

ter direito. **A MP foi editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após a divulgação na imprensa de que Meirelles era investigado pelo Ministério Público Federal por suspeita de sonegação fiscal.** <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68794.shtml>

(6) "O Brasil é o campeão mundial de juros. O segundo lugar, que é a Turquia, não chega a ser metade da nossa taxa de juro real. Quem é que pega essa massa de juro real no Brasil? Basicamente, é uma coisa chamada de "capital cigano". Usando uma expressão inglesa, que eu não gosto, *hot money* (dinheiro quente). É um dinheiro que corre para onde está o melhor negócio de curto prazo. Como o Brasil paga esse juro brutal, o país é um bom negócio. Por baixo, se calcula que o *hot money* tem uns US\$ 23 bilhões no Brasil, que podem ir embora em vinte e quatro horas. Como o doutor Meirelles retirou todos os controles de saída de capital, eles têm essa segurança que podem ir embora mas ficam no Brasil porque o juro é uma maravilha. Hoje o Banco Central (BC) só exige o registro na entrada e na saída. Mais nada. Pode-se trazer dinheiro, ganhar em vinte e quatro horas e ir embora. ...Esse cenário é maravilhoso para os bancos brasileiros, para os donos de títulos de dívida pública no Brasil, para os especuladores do mercado financeiro e para todos esses que são donos desse "capital cigano". Um detalhe: grande parte do "capital cigano" é de brasileiros, que têm US\$ 95 bilhões no exterior e mandam para cá para faturar os juros. Esse é o jogo. ..." (Carlos Lessa) http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0718/0718_Lessa.asp

(7) **Moradia popular** de 42 metros quadrados, com dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro, ao custo unitário de R\$ 14 mil. Os materiais utilizados são: 1.250 quilos de cimento, 1.500 blocos, 1.200 quilos de argamassa (assentamento), 4 latas de tinta (18 litros cada), 250 metros de fiação, 15 metros de tubos PVC e 10 esquadrias para portas e janelas, entre outros itens.

(8) De acordo com pesquisa do IPEA, **1% dos brasileiros mais ricos — 1,7 milhão de pessoas — detém uma renda equivalente à da parcela formada pelos 50% mais pobres** (86,5 milhões de pessoas). Em 2003, do total de habitantes que informaram sua renda, cerca de um terço é considerado pobre (53,9 milhões de pessoas), vivendo com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo. Quanto aos muito pobres (ou indigentes), com renda domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo, a proporção é de 12,9%, ou 21,9 milhões de pessoas. (fonte: Radar Social)

(9) Os 'bilionários' mais favorecidos pela política econômica do governo Lula são o capital financeiro e o setor da grande burguesia ligado à exportação de *commodities*, isto é, de produtos primários.

Este artigo encontra-se em www.cecac.org.br

Campanha nacional contra os leilões do petróleo e pelo Plebiscito Popular

A exploração do petróleo (incluindo a pesquisa, lavra das jazidas de petróleo e gás natural, o refino do petróleo, assim como a importação e a exportação dos produtos e seus derivados) constitui monopólio da União segundo a Constituição da República do Brasil, art. 177 (1). Entretanto, a aprovação pelo governo Fernando Henrique Cardoso da lei nº 9.478 de 1997 permite que a União realize leilões públicos de áreas do território brasileiro para pesquisa e lavra de petróleo e gás natural, com concessão para empresas privadas, incluindo estrangeiras. A vencedora da licitação torna-se proprietária do produto extraído e pode inclusive exportá-lo. Estes leilões são gerenciados pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), criada na mesma época da aprovação da lei.

Em julho de 1998, com base na lei nº 9.478, foram definidas as áreas que seriam mantidas como concessão da Petrobrás – apenas **7,1%** da área total das 26 bacias sedimentares brasileiras, e aquelas que ficariam em poder da ANP para futuras licitações – **92,9%** (2). O governo FHC iniciou o processo de licitações e o governo Lula o manteve – realizando a 5ª e 6ª rodadas e agora programa a 7ª para outubro próximo.

Assim, de forma criminosa, o governo vem cedendo a pressões do imperialismo e abre mão da soberania do país em assuntos estratégicos, como o petróleo. Para se ter uma idéia, na rodada passada, o bloco da Bacia de Campos, identificado como área estratégica de grande potencial de produção, a “galinha dos ovos de ouro” foi abocanhada pelas norte-americanas Devon e Kerr-McGee, em consórcio com a coreana SK”, segundo denúncia da deputada Dra. Clair (PT-PR), logo após a licitação. E mais: a Petrobrás acabou recomprando 107 dos 154 blocos arrematados no leilão. “Para isso, a empresa teve que despende R\$ 437 milhões – 66% dos R\$ 665,2 milhões arrecadados na licitação. Os recursos das transações que, teoricamente, deveriam ser aplicados na área de exploração de petróleo vão ficar retidos nos cofres do Tesouro para garantir o cumprimento da meta de superávit primário, ou seja, estamos vendendo o petróleo para pagar juros da dívida”, enfatizou a parlamentar (3).

Contraopondo-se ao que denominou apagão mental que teria acometido a assessoria da Ministra Dilma (no período ocupando o ministério das Minas e Energia), Fernando Siqueira, diretor de Comunicações da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), advertiu que, contrariamente à afirmação de que a produção de novas descobertas nesse processo de leilões se destinaria, prioritariamente, ao mercado interno, a “Shell

está exportando 70 mil barris de óleo leve do Campo de Bijupirá/Salema, **sem que o país tenha atingido a auto-suficiência**. A Petrobrás está **exportando** 400 mil barris/dia de petróleo para fazer superávit primário para o Palloç, debilitando as parcas reservas brasileiras”. E ainda: “As empresas estrangeiras, nas seis licitações, não se interessaram por uma única área nova. Só querem comprar o que a Petrobrás já correu o risco geológico” (3).

A próxima rodada, programada para outubro pela ANP, coloca ênfase na exploração de áreas com potencial para o gás natural. Além de todos os questionamentos passíveis de serem levantados em relação a estes leilões, a FIRJAN (4) ainda manifestou que esta 7ª rodada apresenta um retrocesso em relação às anteriores, com a “retirada do compromisso com o Conteúdo Nacional”, que exigiam um percentual mínimo para contratação de serviços e equipamentos no Brasil, o que não ocorre nesta.

Como já denunciou Ricardo Maranhão, vice-presidente da Aepet, com “a flexibilização do monopólio estatal, ocorrida na gestão Fernando Henrique Cardoso, nem o preço da gasolina baixou, nem se criou emprego no país. A política beneficiou apenas as empresas estrangeiras que incorporam ao seu patrimônio reservas petrolíferas mapeadas pela Petrobrás e por um valor abaixo de sua importância estratégica” (Aepet: direto nº 631/2004).

Com o intuito de combater esse verdadeiro “crime de lesa-pátria”, já está nas ruas a campanha nacional contra os leilões patrocinados pela ANP. A campanha, coordenada pelo Movimento em Defesa da Economia Nacional, Modecon, está colhendo assinaturas a fim de que o Congresso Nacional aprove um Plebiscito Popular, em que a população escolherá uma nova política nacional do petróleo, onde poderá se manifestar contra ou a favor da quebra do monopólio estatal do petróleo. Em nota da Aepet, é ressaltado que a “Constituição Federal, através dos artigos 14 e 49, dá o direito ao povo brasileiro de se manifestar através de um Plebiscito sobre os destinos do país”.

A entidade vem realizando amplamente a defesa da preservação do monopólio estatal, do fortalecimento do sistema Petrobrás e denúncias sobre o crime que vem sendo cometido contra o país. Pontos que são destaques na atual campanha pelo plebiscito, em folhetos que vêm circulando também em ônibus na cidade do Rio de Janeiro.

A política objetivamente implementada pelo governo Lula se coloca na contra-mão das praticadas pelos países produtores de petróleo frente a uma perspectiva de escassez do produto e à alta crescente no preço do barril, que já atinge o patamar dos US\$ 60. Em nota, a Aepet destaca que "O Banco JP Morgan, no dia 13 de julho, informou aos seus clientes que o preço poderia atingir US\$ 75 nos próximos meses. O Brasil não é uma Arábia Saudita. Portanto, todo petróleo que dispõe, que só dá para 20 anos de consumo, é de fundamental importância para suprir a demanda nacional. Analistas sérios prevêem o 3o choque do petróleo para 2010, quando os preços superarão os US\$ 100. Logo, exportar petróleo é crime de lesa-Pátria. Entregá-lo a empresas estrangeiras é crime hediondo."

Assim, não há sentido em "que o governo brasileiro decida colocar as suas riquezas energéticas sob o controle das transnacionais, que destinarão esta riqueza para a exportação. Se isso ocorrer, estamos comprometendo o nosso futuro", advertiu o presidente da Aepet, Heitor Pereira (Brasil de Fato, Edição Nº 123 - De 7 a 13 de julho de 2005).

A persistir essa posição colonizada do governo brasileiro, em poucos anos o Brasil passará de produtor a importador de petróleo, o que "custará muito caro a todos nós, com reajustes no gás de cozinha, gasolina, óleo diesel, aumentando o fluxo de dinheiro brasileiro para fora do país", denuncia o folheto da campanha contra os leilões e pelo Plebiscito, que já conta com a participação de diversas entidades.

As reuniões da campanha, coordenadas pelo diretor da AEPET Ruy Gesteira, ocorrem às quartas-feiras, às 17:30 horas, na sede da AEPET – Av. Nilo Peçanha, 50, grupo 2409.

1) Art. 177 da Constituição da República: constituem monopólio da União: "I. a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; II. a refinação do petróleo nacional e estrangeiro; III. a importação e a exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades nos incisos anteriores". – artigo do jurista Fábio Konder Comparato – Quem dá mais? (Folha de S.Paulo, 24/09/2004).

(2) Informe Infra-Estrutura – Área de Projetos de Infra-Estrutura – Agosto/2000 – nº 49

(3) Aepet Notícias nº 291 – 1ª quinzena de setembro/2004.

(4) Nota Oficial – 7ª Rodada de licitações ANP – Diretoria da FIRJAN - 27 de junho de 2005.

Este artigo encontra-se em www.cecac.org.br

Pablo Neruda: "contra os inimigos de meu povo minha canção é ofensiva e dura como pedra araucana"

Em seu livro, *Incitação ao Nixonicídio e Louvor da Revolução Chilena*, escrito em janeiro de 1973, alguns meses antes do golpe militar de Pinochet, no Chile, do qual segue o poema "O Cobre", Neruda faz um alerta na introdução, uma

Explicação decisiva

...
Conservo como um mecânico experiente meus ofícios experimentais: devo ser, de vez em quando, um bardo de utilidade pública, isto é, fazer-me de defensor, de pastor, de arquiteto, de lavrador, de operário ou de simples bobo da corte, capaz de cavalgar em pêlo ou de cuspir fogo até pelas orelhas.

Que os raros estetas, pois que ainda os há, tenham uma indigestão: estes alimentos são explosivos e amargos para o consumo de alguns. E bons talvez para a saúde popular.

Não tenho remédio: contra os inimigos de meu povo minha canção é ofensiva e dura como pedra araucana. Esta pode ser uma função efêmera. Cumpro-a porém. E recorro às armas mais antigas da poesia, ao canto e ao panfleto usados por clássicos e românticos e destinados à destruição do inimigo.

Agora, firmes, que vou disparar!

Neruda

Ilha Negra, Janeiro de 1973

* * *

VI

O cobre

Ao cobre chamávamos de chileno porque nascia de chilenas mãos e nosso território estava pleno

do subterrâneo sol cordilheirano, do cobre que não estava destinado aos piratas norte-americanos.

Até que ianquizado até o umbigo o presidente Frei, múmia-cristã, presenteou nosso cobre ao inimigo.

Mas minha pobre Pátria intransigente esperou entre o saque e as escórias, entre Chuquicamta e El Teniente,

a hora de acordar, e se compreende que, com o pavilhão da vitória, de um só golpe Salvador Allende,

das presas norte-americanas resgatou o cobre, para sempre agora, devolvendo-o ao Chile soberano.

Pablo Neruda. *Incitação ao Nixonicídio e Louvor da Revolução Chilena*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980. Tradução Olga Savary. Último livro de Neruda, escrito em Ilha Negra (Chile) em janeiro de 1973. O poeta morreria no mesmo ano, em 23 de setembro, doze dias após o golpe militar contra o governo de Allende (11 de setembro de 1973).

Grupo de estudo:

O 18 Brumário de Luís Bonaparte de K. Marx

Iniciaremos no grupo de estudos do CeCAC a leitura de "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", de Karl Marx. Nesse texto, Marx analisa a conjuntura política de uma formação econômico-social capitalista específica, a francesa, do período das revoluções de 1848 até o golpe de Luís Bonaparte, utilizando o instrumental teórico da ciência da história, que Marx e Engels inauguraram, o "materialismo histórico", criando, assim, a possibilidade do conhecimento científico das sociedades.

Nesse sentido, este trabalho, juntamente com "As lutas de classes na França de 1848 a 1850", é pioneiro na análise de uma realidade concreta, dos acontecimentos e disputas políticas, do "jogo político", a partir do ponto de vista teórico do proletariado, a partir da posição do proletariado na luta de classes, analisando os interesses econômicos das classes e das frações de classe que disputam o poder político.

Como afirma Engels, no prefácio à terceira edição alemã de "O 18 Brumário": "Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutro terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais..."

Assim, este livro, que completa 133 anos, se inscreve no esforço teórico dos revolucionários de identificar os interesses de classe em disputa no "teatro" político. Ou seja, tentar compreender as disputas entre Partidos, tendências, personalidades políticas, burguesas e pequeno-burguesas, já com a presença do proletariado como força política autônoma. Disputas que se expressam na "superfície", no jogo das aparências, e que cumprem o papel de esconder, diluir, os reais interesses de classe. Interesses que, no fundamental, se dão na esfera "econômica". Mas ao cumprirem esta "função", de esconder os interesses de classe, fazem parte e interferem na conjuntura, no desenvolvimento da luta de classes e, no fundamental, a serviço dos objetivos das classes dominantes exploradoras.

Estas manifestações e representações políticas das classes, frações de classe e os indivíduos (enquanto membros de determinada classe) têm como base a produção, as relações de produção,

que são relações de exploração, de luta de classes de uma determinada sociedade, nesse caso, capitalista. Tenham elas consciência ou não deste papel ideológico e político que cumprem.

Um outro aspecto a ser destacado no "18 Brumário", que revela a profundidade do compromisso de Marx com os interesses estratégicos do proletariado, fica evidente quando ele vislumbra na insurreição proletária de junho de 1848, "sufocada e derrotada", o "... ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições sem as quais a revolução moderna não adquire um caráter sério."

Vislumbra e aponta o início da época das revoluções proletárias, mesmo analisando que "escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias dos seus primeiros esforços". Eis o Marx científico e revolucionário, a analisar a conjuntura, em determinado momento histórico, em uma determinada correlação de forças, em determinado estágio da luta de classes, com o objetivo de enriquecer e desenvolver a teoria do proletariado, que se desenvolvia e amadurecia neste período (da experiência do proletariado nas jornadas de junho de 1848 e em todo o processo até o golpe de dezembro de 1851), como arma transformadora da realidade.

Procuramos organizar a leitura, estudo e discussão do livro "O 18 Brumário" para avançar na assimilação do método de análise de Marx, da teoria marxista, do materialismo dialético e do materialismo histórico, a fim de compreender a atual conjuntura mundial e, principalmente, a brasileira. Tendo como horizonte que "A filosofia marxista sustenta que a questão mais importante não é compreender as leis do mundo objetivo e poder, por isso, explicá-lo, mas sim utilizar o conhecimento dessas leis para transformar ativamente o mundo. (*Sobre a prática* – Mao Tsetung). E mais: "De onde provêm as idéias corretas? Caem do céu? Não. São inatas dos cérebros? Não. Só podem se originar da prática social; das três classes de prática: a luta pela produção, a luta de classes e as experiências científicas da sociedade. A existência social dos homens determina seus pensamentos. Uma vez dominadas pelas massas, as idéias corretas, característica da classe avançada, se converterão numa forma material para transformar a sociedade e o mundo. (*De onde provêm as idéias corretas?* – Mao Tsetung).

11 de setembro: 32 anos do golpe contra a unidade popular no Chile

Um dos momentos mais trágicos da história recente da América Latina ocorreu em 11 de setembro de 1973, quando uma junta militar comandada pelo general Pinochet, com apoio da CIA e do presidente Nixon dos EUA, derrubou o governo de unidade popular de Salvador Allende.

Em iniciativa conjunta da série *Projeto Cinema em Debate*, o Núcleo de Projetos Especiais em Educação e Cultura (NUPEC) da UNIRIO, em parceria com o Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho (CeCAC) apresentarão no dia 6 de setembro, terça-feira, às 19 horas, o filme "Chove sobre Santiago", de Helvio Soto.

CHOVE SOBRE SANTIAGO

O filme retrata a preparação e o momento do golpe, quando o governo de Salvador Allende, estando totalmente isolado na área militar, é derrubado. Allende é vitorioso nas eleições presidenciais em 1970 e a Unidade Popular assume o governo. Mas não o poder, pois o aparelho de Estado, a organização burocrático-militar é mantida, no fundamental, intacta.

No governo da Unidade Popular intensifica-se o processo de mobilização popular e implementa-se significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores, de reforma agrária e de nacionalização de empresas estrangeiras, como as das minas de cobre, ferindo os interesses econômicos dos grandes grupos empresariais do país e do imperialismo. Estes desencadeiam sabotagens, boicotes, gerando desabastecimento de gêneros de primeira necessidade para a população, com intento de amedrontar, principalmente, as camadas médias e desestabilizar o governo de Allende.

Nas palavras do Embaixador dos Estados Unidos

em Santiago, E. Korry, a Eduardo Frei, em carta de outubro de 1970: "Deve saber que não permitiremos que chegue ao Chile um parafuso, nem uma porca... Enquanto Allende permanecer no poder, faremos tudo ao nosso alcance para condenar o Chile e os chilenos às maiores privações e misérias..."

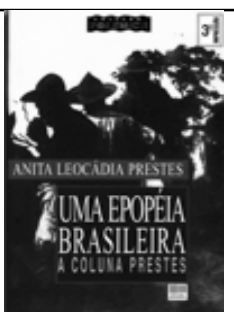
Ainda em outubro de 1970, o escritório central da CIA em Santiago fazia "... Informar a esses oficiais golpistas que o governo dos Estados Unidos lhes dará seu respaldo total no golpe ... (Cabo 762 do escritório central da CIA em Santiago. 14.10.1970).

Estava em preparação o golpe de Estado consumado em 11 de setembro de 1973, na operação sob o nome de "Chove Sob Santiago", executada pelas forças conservadoras do Chile, que teve como ponta de lança as Forças Armadas sob a direção do general Pinochet e que contou com o apoio direto da CIA, do governo dos EUA e também dos governos ditatoriais da América Latina, associados com o imperialismo norte-americano na "Operação Condor". O aparelho militar-policial do Estado chileno realizou um dos maiores banhos de sangue contra um povo nas últimas décadas na América Latina.

Chove sobre Santiago (Il Pleut sur Santiago). Direção de Helvio Soto, 1975, França/Bulgária, 110 min. Elenco: Jean-Louis Trintignant, Annie Girardot, John Abgey, Bibi Andersson. Rodado na Bulgária, onde o diretor esteve exilado à época.

Dia 6 de setembro, às 19 horas, no auditório Paulo Freire, localizado à Avenida Pasteur, 458, Urca, no prédio do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH). Entrada franca.

O livro
**Uma epopéia brasileira:
A Coluna Prestes,**
de **Anita Leocádia Prestes,**
Editora Moderna,
encontra-se
à venda
no CeCAC - R\$ 10,00



ACESSE O SÍTIO DO CeCAC
www.cecac.org.br
leia, discuta e divulgue!

Revista Crítica Marxista nº 20

Crítica Marxista é uma revista de difusão e discussão da produção intelectual marxista em sua diversidade, bem como de intervenção no debate e na luta teórica em curso.

À venda na sede do CeCAC: R\$ 17,00

Informações sobre a revista nos sítios:

www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista e www.revan.com.br

CeCAC - Horário de funcionamento:
de segunda a sexta das 14 às 18h

Tel: 2524-6042 e-mail: cecac@terra.com.br
sítio: www.cecac.org.br